

**CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA - CAP
PORTO DE SANTOS
ATA DA 380ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA**

Aos dezanove dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, às quatorze horas, na sala de reuniões da sede do Conselho de Autoridade Portuária do Porto de Santos – CAP/SANTOS, situado na Rua Augusto Severo, número sete, décimo terceiro andar, em Santos, Estado de São Paulo, realizou-se a tricentésima octogésima Reunião Plenária Ordinária do Conselho de Autoridade Portuária, sob a presidência de Jean Paulo Castro e Silva. Estiveram presentes **os Representantes do Poder Público:** Jean Paulo Castro e Silva, pela SEP; CC(T) Rômulo de Souza Santos, pela Autoridade Marítima; Cleiton Alves dos Santos João Simões, pela Receita Federal do Brasil; Angelino Caputo e Oliveira e Paulino Vicente, pela Administração do Porto; e, José Eduardo Lopes, pelo Município. **Os Representantes da Classe Empresarial:** Antônio Carlos Duarte Sepúlveda, pelos titulares de arrendamentos de instalações portuárias no porto organizado indicados pela Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados – ABTRA; Henry Robinson e José Di Bella Filho, pelos titulares de arrendamentos de instalações portuárias no porto organizado indicados pela Associação Brasileira de Terminais Portuários – ABTP; José Eduardo Bechara, pelos representantes dos operadores portuários indicados pelo Sindicato dos Operadores Portuários do Porto - SOPESP; Martin Aron, pelos representantes dos usuários indicados pela ACS e Carlos Eduardo Bueno Magano, pela Associação de Comércio Exterior do Brasil – AEB. **Os Representantes dos Trabalhadores Portuários:** Rodnei Oliveira da Silva e João Carlos de Oliveira Ribeiro, pela Federação Nacional da Estiva – FNE; Marco Antonio Tadeu Deniz Sanches, representante da FENCCOVIB e Guilherme do Amaral Tavora e Everandy Cirino dos Santos, pela Federação Nacional dos Portuários – FNP. Fica registrado também, que compareceu à reunião o Sr. Virmar Guimarães Muzitano, representante dos terminais de uso privado que compartilham o canal de acesso ao porto organizado. **Estiveram ausentes:** Daniel Gustavo Braz Rocha, representante do VIGIAGRO e Robson Apolinário, pela Federação Nacional dos Portuários – FNP. Fica registrado que os Conselheiros acima citados justificaram suas ausências através de e-mails enviados à Secretaria Executiva do CAP. Relativamente aos representantes da ANVISA (titular e Suplente), e, do ESTADO (titular), fica registrado que este Conselho ainda esta no aguardo

da publicação da portaria contendo a indicação dos novos representantes dos referidos Órgãos. Participaram ainda, como convidados, Marcio Calves e João de Andrade Marques, representantes do CAP no Conselho de Administração da CODESP. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos, tendo como Secretário Executivo, Jorge Leite dos Santos e apoio dos Técnicos Portuários Reginaldo Brito de Lima e Thiago Rodrigues Alves. Dando início aos trabalhos, o Presidente passou ao item **I – ABERTURA**, onde foi submetida aos Conselheiros a Ata da 379ª Reunião, realizada no dia 23 de abril de 2015, que lida e achada conforme, foi devidamente assinada pelos presentes. Na sequência, passou às **Comunicações do Presidente**, não havendo manifestações, o Presidente passou ao Item **II – ORDEM DO DIA**: Os assuntos receberam as seguintes manifestações: **II.01 – Relatos dos membros da Comissão da Agenda Temática do CAP. a) GRUPO PLANEJAMENTO. Apresentação do Relatório da 10ª Reunião da Comissão de Agenda Temática - CAT, realizada no dia 07/05/2015.** *O Relator do Tema, Sr. José Di Bella Filho, fez um breve relato sobre os assuntos contidos no referido Relatório (anexo à Ata), destacando a discussão do grupo sobre o papel da Autoridade Portuária em cada um dos novos processos redesenhados, a fim de que sejam apresentadas sugestões nos normativos que regulamentam os novos processos portuários. Em seguida, o Colegiado agradeceu o Conselheiro pelas informações prestadas. Na sequência, com relação ao Plano Logístico do Porto, o Conselheiro José Di Bella frisou que o Grupo de Trabalho “Planejamento” gostaria de aprofundar sua discussão neste Colegiado, destacando as questões relativas aos investimentos rodoferroviários previstos e acessibilidade à margem direita do Porto de Santos (Alamoá), em virtude das dificuldades enfrentadas com o incêndio ocorrido na ULTRACARGO. Prosseguindo, sugeriu que fossem pautadas nas próximas reuniões as recomendações presentes no acórdão do Tribunal de Contas da União – TCU sobre as licitações, especificamente sobre os modelos de outorgas e operacionais que deverão ser adotados e a interação da CODESP no processo, uma vez que o que está sendo licitado não é totalmente aderente ao Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Santos. Ainda com a palavra, o Conselheiro José Di Bella perguntou ao Conselheiro Paulino Vicente sobre o andamento da discussão do novo navio tipo do Porto de Santos. O Conselheiro respondeu que o assunto está sendo estudado junto ao Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias – INPH. Em seguida, o Presidente do CAP lembrou ao Conselheiro, que com referência ao assunto “Navio Tipo”, este Conselho já se manifestou através da carta*

CAP/001.2015, de 7/1/2015, que encaminhou à Autoridade Portuária, tabela contendo o indicativo de navio tipo que este Colegiado entende que deva ser levado em consideração para o planejamento do programa de dragagem PND III. Novamente com a palavra, o Conselheiro José Di Bella indagou ao Presidente do CAP, qual é a expectativa da SEP com relação ao acórdão do TCU sobre Licitações. O Presidente respondeu que a SEP entende que não há impeditivos para o andamento da licitação e sugeriu que os pontos de preocupação e questionamentos do GT Planejamento fossem formalizados para posterior encaminhamento à SEP. Após conversas sobre o tema ficou decidido pela Plenária que o Relator do GT Planejamento, Conselheiro José Di Bella, irá elaborar uma minuta de carta, contendo questionamentos deste Colegiado acerca dos impactos gerados pelas recomendações do TCU, que será posteriormente apreciada pelos Conselheiros presentes, e, caso aprovada, será enviada à SEP;

b) GRUPO SUSTENTABILIDADE - Apresentação do Relatório da 9ª Reunião da CAT- Sustentabilidade, realizada no dia 05/05/2015. O Relator do Tema, Sr. José Eduardo Lopes, fez um breve relato sobre os assuntos contidos no Relatório da 9ª reunião CAT-Sustentabilidade (anexo a Ata), destacando que na primeira reunião do grupo, que contou com a participação por meio de videoconferência dos representantes da SEP, Sra. Rita Munck, Diretora do Departamento de Revitalização e Modernização Portuária e Sr. Uirá Cavalcante Oliveira, Coordenador-Geral de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança, foram proferidas breves considerações sobre o incêndio da ULTRACARGO, seus impactos e desdobramentos, contemplando inclusive as ações e estudos da Prefeitura de Santos relacionados ao tema, relatou ainda, que o tema principal da reunião foi o Licenciamento Ambiental do Porto de Santos face ao Decreto Nº 8.437, de 22/04/2015, e, concluiu anunciando que a próxima reunião do Grupo está agendada para o dia 09/06/2015. Após ser indagado pelo Presidente, sobre o andamento das investigações sobre o incêndio na Ultracargo, o Conselheiro Eduardo Lopes complementou informando que a causa do incêndio permanece sob investigação das Polícias Federal e Civil, bem como, dos Ministérios Públicos Federal e Estadual. O Conselheiro José Di Bella destacou que o novo plano de acesso ao Porto de Santos, sob o ponto de vista relativo às suas questões de meio ambiente e sustentabilidade, também será um dos temas a ser discutido pelo GT Sustentabilidade.

c) GRUPO CUSTEIO E TARIFAS. O Relator do Tema, Sr. Carlos Magano, apresentou as recomendações do Grupo para o Colegiado, onde foi solicitado à Autoridade Portuária, através da carta CAP 009.2015, de 29/04/2015, que encaminhou o Relatório do

Grupo Custeio e Tarifas, apresentar os fundamentos da sua política de precificação da tarifa que justifiquem eventual aumento de valores, conjuntamente com seu plano de Dispêndios e Orçamento de Investimento de 2015, indicando o planejamento de obras, serviços e demais investimentos a serem executados no Porto de Santos. O Grupo também questiona os fundamentos do reajuste tarifário, bem como, se houve análise jurídica do mesmo. Na sequência, com a palavra, o Conselheiro Angelino Caputo, informou que a ANTAQ é a entidade que poderá responder os questionamentos do grupo, sendo que atualmente, é o Órgão que define as tarifas que serão aplicadas nos serviços portuários. Comunicou ainda, que apresentará na próxima reunião o PDG e Plano de Investimentos já refletindo o anunciado corte do orçamento da SEP. Em seguida, o Presidente do CAP informou que não houve tempo hábil para abrir uma discussão mais aprofundada com todos os Portos. Ressaltou ainda, que a ANTAQ fez o reajuste com base nos estudos encaminhados pelas Companhias que haviam apresentado seu plano de reestruturação tarifária, onde os técnicos da ANTAQ tiveram tempo de apreciá-los, sendo que para as demais, o reajuste foi linear para evitar a defasagem já presente, inclusive para as Companhias que não haviam pedido o reajuste. Por fim, o Conselho Carlos Magano, sugeriu convidar a ANTAQ, para a próxima reunião, a fim de prestar esclarecimentos sobre a análise dos critérios utilizados para o reajuste tarifário;

d) GRUPO QUALIFICAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS (Relator Elieser Giroux). *Sobre o tema, não houve novos acontecimentos no corrente mês;*

e) GRUPO GESTÃO OPERACIONAL. *O Relator do tema, Sr. José Bechara, informou ao Colegiado que, com referência ao assunto “Porto sem Papel”, foi concluído o diagnóstico do ponto de vista do usuário, onde foram recolhidas informações com os agentes, sobre os pontos positivos e seus gargalos, sendo que agora será dado início aos trabalhos visando o lado dos órgãos intervenientes do Porto. Por fim, o Conselheiro informou que na próxima reunião, o diagnóstico deverá estar completo, e será encaminhado para apreciação deste Colegiado. Em seguida, o Relator indagou ao Presidente da CODESP, Sr. Angelino Caputo, como está a atual situação do sistema Portolog. Com a palavra, o presidente da CODESP informou que a primeira fase que abrange a entrada de dados no sistema já está acontecendo, e, que os maiores esforços no momento estão sendo no ajuste dos sistemas Portolog junto ao SERPRO, na integração com os sistemas de logística dos terminais portuários e na leitura das placas por meio de OCR (Optical character recognition). Informou ainda, que a fase de agregação das antenas ocorrerá quando houver verba no orçamento da Companhia. Na*

sequência, o presidente do CAP complementou informando que a SEP é a responsável pelo contrato e desenvolvimento do Portolog, ficando a infraestrutura das antenas sobre contratação das Companhias Docas, e salientou, que o sistema está em fase de testes para identificação de necessidade de melhorias que será concluído no mês de junho. A seguir, ainda dentro do tema, o Conselheiro Eduardo Lopes, deixou registrado a importância de retomar a questão dos pátios reguladores, principalmente, após a experiência com o incêndio no Terminal da Ultracargo, que afetou o tráfego de caminhões com destino ao Porto, bem como, da necessidade de se preparar um Plano de Contingenciamento em caso de novos incidentes. Prosseguindo, o Relator do tema, José Bechara, perguntou ao Presidente da CODESP, como está a atual situação do projeto VTMISS. Com a palavra, o Sr. Angelino Caputo respondeu que a CODESP analisou o projeto, onde foi constatada a necessidade de revisão de alguns aspectos que não foram considerados. Continuando, o Relator informou que a pergunta sobre o projeto VTMISS ocorreu devido ao fato de que o SOPESP foi convidado a visitar as instalações da Praticagem, sendo que foi bastante impressionante os instrumentos instalados para gerenciamento de tráfego. Em seguida, o representante da Autoridade Marítima, CF(T) Rômulo de Souza Santos Junior, informou que a Praticagem não possui um VTMISS, e sim, um sistema de sensores que mede alguns fenômenos da natureza, sendo que, o sistema deles já está em uso, sendo que, hoje o Porto fica refém do sistema que a Praticagem coloca em uso para gerenciamento do tráfego. Concluindo, enfatizou que o VTMISS é um sistema de gerenciamento de tráfego que concederá a Autoridade Portuária autonomia, em relação à praticagem, para gerenciar o tráfego no Porto de Santos. Com a palavra, o presidente da CODESP, Angelino Caputo, esclareceu que a preocupação da Praticagem é a segurança das manobras, pois eles respondem em caso de avarias e acidentes, e, que o sistema adotado por eles, existe voltado para suas próprias atividades. Assim, com a implantação do VTMISS o Porto poderá através da tarifa cobrada em cima do sistema, recuperar investimentos, e, inclusive complementar as informações necessárias para a Praticagem. Finalizando, o Conselheiro José Bechara frisou que entende ser necessário que a Praticagem informe quais serão realmente os ganhos com o atual sistema para gerenciamento do tráfego marítimo. Com referência ao tema "Acesso Ferroviário", o Conselheiro José Bechara, propôs que a empresa Portofer/ALL, seja convidada para próxima reunião plenária, a fim de explanar sobre quais são seus planos de investimentos dentro do Porto. Colocada em votação a proposta foi aprovada pela plenária, sendo que a Secretaria

Executiva do CAP irá tomar as devidas providências. Em seguida, o Conselheiro Henry Robinson, registrou seu entendimento de que este Colegiado deve acompanhar o questionamento que foi feito pelo Ministério Público Federal em relação ao Contrato da empresa Portofer com a CODESP. Novamente com a palavra, o Relator do tema, Sr. José Bechara manifestou sua preocupação com o incêndio ocorrido no Terminal da Ultracargo, informando que o fato chamou atenção no quesito planejamento, que foi pauta da discussão do Grupo de Trabalho, onde foi questionado se existe algum planejamento envolvendo Prefeitura, Autoridade Portuária e demais Órgãos, no que diz respeito não apenas ao Porto, mas principalmente a Cidade. Continuando, o Relator esclareceu que o foco das discussões, ainda sobre o incêndio, foi o fato de que havia um produto químico em um dos tanques da empresa Ultracargo, pelo qual, caso pegasse fogo a cidade precisaria ser evacuada, fato esse, que aumentou bastante o nível de estresse na população, relatou ainda, que em conversa com o Conselheiro Eduardo Lopes, durante a situação do incêndio, após questioná-lo sobre o porquê de os caminhões não descerem a Serra paulatinamente durante o dia na cidade, usando a marginal da Anchieta, foi informado que este poderia ser o local para evacuação da cidade. Dando sequência, salientou o fato de entender que é uma situação totalmente complexa, sendo que a cidade não está livre de outros problemas semelhantes, e destacou que a preocupação do Grupo é saber se tem alguém pensando ou preparando um Plano detalhado, prevendo outra situação como essa, como por exemplo: caso um caminhão de produto químico tombe na entrada da Anchieta, ou se o mesmo problema ocorrer com um caminhão de soja, na curva do “S”. Prosseguindo, o Relator questionou as autoridades presentes se existe um “Plano Máster” de segurança envolvendo inclusive a população. Com a palavra, o Sr. Angelino Caputo informou que já existe vários planos de ações mutuas e individuais, e, que se deve fazer ainda um plano mais completo com roteiros preventivos para qualquer tipo de problema, enfatizando que o momento é para se pensar visando à frente dos problemas, compartilhando com o Relator do Grupo de que é necessário dar um passo adiante. Na sequência, o Conselheiro Antônio Sepulveda, relatou a respeito da segurança informando que não é um assunto fácil, pois acompanha muito a cultura, e, que na história tiveram vários acidentes de grandes magnitudes e que mudaram o quesito a respeito da segurança do trabalho. Informa ainda, que esse projeto de prevenção de acidentes ou desastres vai muito além, relatando que após um acidente é muito difícil realizar um plano de contingência. Em seguida, com a palavra, o Conselheiro Eduardo

Lopes, com referência ao incêndio da Ultracargo, relatou que de fato a população não correu risco, pois existia plano de evacuação, mais que em momento algum esteve na iminência de ser efetuado, comentou ainda, sobre a Instrução Normativa MAPA nº 29 de 2011, em que o Ministério da Agricultura estabelece os requisitos técnicos para certificação de unidades armazenadoras de origem vegetal, e que o foco não é o Porto, e do outro lado tem a Autoridade Portuária, que o foco é no Porto, e não no “Ministério da Agricultura”, evidenciando o desalinhamento entre as entidades. Assim, entende que esse é um exemplo onde não há alinhamento entre todos os Órgãos que participam do Porto, e que deveriam trabalhar em conjunto. Continuando, relatou ainda que esse incêndio trouxe à tona novas discussões, aprendizados e ensinamentos, que deveriam envolver toda a comunidade. Com a palavra, o Conselheiro Angelino Caputo deixou registrado que compartilha com o trabalho em conjunto e com o envolvimento de todos os órgãos citados pelo Conselheiro Eduardo Lopes. A seguir, o Conselheiro Rômulo de Souza Santos Júnior, comentou que a explanação do Sr. Eduardo e Sr. Angelino são complementares e que deve ser trabalhado a prevenção, e ainda, um plano de contingenciamento, que também tem sua devida importância. Com a palavra, o Conselheiro Henry Robinson, informou que o comitê de crise foi criado durante o incêndio, onde ninguém esperava a duração e proporção que teve, não considerando demérito das partes, e sim, uma lição. Continuando, relatou ainda, que o risco não estava quantificado, caso contrário as ações teriam sido iniciadas antes, e também, que não houve análise de risco, pois como informado, não era esperado um incêndio com essa dimensão. Concluindo sua explanação, concordou que todos devem interagir e o trabalhar em conjunto, sugerindo que seja criado efetivamente um comitê com participação do município como um todo, além do Porto e Governo, colocando em pauta avaliação de riscos, mapeamento e desenvolvimento estratégico de um plano de prevenção. Na sequência, o Presidente do CAP, Jean Paulo, recomendou aos preparar uma análise e efetivamente fazer uma proposta. Com a palavra, o Conselheiro Carlos Magano propôs preparar uma minuta de carta contendo os itens mais importantes discutidos pelo Colegiado, sobre os problemas ocorridos devido ao incêndio no Terminal da Ultracargo, submetendo para apreciação dos demais Conselheiros, para que posteriormente seja aprovada pela Plenária. Colocada em votação a proposta foi aprovada. **f) GRUPO INFRAESTRUTURA E INVESTIMENTOS.** O Conselheiro Henry Robinson, Relator do GT Infraestrutura e Investimentos, reforçou a importância da adoção das devidas providências, por parte da CODESP, para que seja evitada a recorrência da falta

de energia elétrica no Porto de Santos. Os Conselheiros Paulino Vicente e Angelino Caputo explanaram sobre as ações que estão sendo adotadas pela Autoridade Portuária sobre o assunto. O Conselheiro Henry Robinson perguntou ao Conselheiro Angelino Caputo qual era o valor remanescente dos recursos próprios da CODESP destinados à dragagem. O Conselheiro Angelino Caputo respondeu que não havia valor remanescente e que por isso a Companhia já está prevendo a destinação de novos recursos. Ainda com a palavra, anunciou que na revisão do Plano de Dispendios Globais – PDG, a ser apresentada nesta Plenária, uma parte dos recursos adicionais também serão destinados à dragagem. Em seguida, o Conselheiro Henry Robinson perguntou ao Presidente Jean Paulo se a SEP está adotando alguma ação para a cassação da liminar que suspendeu a licitação da dragagem do Porto de Santos coordenada pela SEP. O Presidente Jean Paulo respondeu que a referida licitação está sendo analisada pela área jurídica da SEP. Novamente com a palavra, o Conselheiro Henry Robinson perguntou ao Conselheiro Angelino Caputo quais projetos da Autoridade Portuária irão ser afetados pelo plano de contingenciamento do Governo Federal. Na sequência, o Conselheiro Angelino Caputo respondeu que na próxima reunião Plenária espera trazer, para conhecimento, a revisão do PDG e do Plano de Investimentos da CODESP e anunciou que as obras que estão sendo priorizadas, neste momento, é a conclusão do trecho de 800 metros no Saboó (projeto da Perimetral da Margem Direita), a conclusão do píer da Alemoa e a conclusão do trecho de 719 metros, até agosto, do cais da Copa. Prosseguindo, informou que as obras de reforço de cais do trecho entre o 12A ao 23, embora estejam desaceleradas, permanecem em andamento e salientou que não há verba disponível para o “Mergulhão” e o trecho entre o canal 4 e Ponta da Praia da Perimetral da Margem Direita. Concluindo sua explanação, ressaltou que os projetos da Ilha Barnabé e da Perimetral da Margem Esquerda estão sendo revisados e que o projeto do túnel submerso está sendo equacionado com a DERSA. **II.02** – Ofício CENEP Nº 012/2015, de 11/05/2015, referente a indicação dos representantes titular e suplente do Conselho de Autoridade Portuária no Conselho Curador e Técnico da Fundação CENEP, para o mandato de 2014/2016. (conforme dispõem os artigos 13 e 15 do Estatuto Social do CENEP). O Conselho de Autoridade Portuária indicou o Conselheiro Rodnei Oliveira da Silva, como membro titular, e, o Conselheiro Eliezer da Costa Giroux, como membro suplente, no Conselho Curador e Técnico da Fundação CENEP, conforme dispõem os artigos 13 e 15 da referida Fundação. Para o assunto foi emitida a Resolução CAP nº 07.2015. A seguir, o

Presidente passou ao item: **III – ASSUNTOS GERAIS**: Os assuntos receberam as seguintes manifestações: **III.01** – Carta DP-ED/86.2015, do Diretor Presidente da CODESP, referente ao reajuste linear de valores do Porto de Santos. *O Colegiado registra que tomou conhecimento.* **III.02** - Informações dos componentes do CONSAD indicados pelo CAP. O Sr. *Marcio Calves, representante do CAP no Conselho de Administração da CODESP, fez um breve relato dos itens discutidos na 480ª reunião do CONSAD, destacando os seguintes assuntos:* a) Informou que a Dragagem de Manutenção dos Berços de Atracação – Contrato DP/55.2014, celebrado com a empresa DRATEC, esta sendo prorrogado por mais três meses para a execução do saldo financeiro restante, correspondente a R\$ 2.043.553,12; b) Relativamente a Dragagem de Manutenção dos Trechos 2, 3 e 4 do Canal de Acesso e dos acessos aos Berços de Atracação dos Trechos 2, 3 e 4, informou que a CODESP encaminhou a carta DI-ED/236.15, de 23/03/15, solicitando a disponibilização de equipamento, sendo que, o Presidente da CODESP informou ao Colegiado que a empresa Van Oord já disponibilizou a draga e a sua previsão de chegada no Porto de Santos é no final de abril; c) Com referência a Dragagem de Manutenção do Trecho 1 do Canal de Acesso ao Porto de Santos, comunicou que a contratação da empresa Van Oord Serviços de Operações Marítimas Ltda. para a realização dos serviços de dragagem de manutenção do trecho 1 do canal de acesso ao Porto de Santos foi aprovada na reunião DIREXE do dia 01/04/2015; d) Quanto a Dragagem de Readequação do Canal de Acesso ao Porto de Santos sob responsabilidade da Secretaria de Portos/PR. Informou que a licitação para a realização dos serviços da referida dragagem, ocorrida em Brasília/DF, no dia 27/03/2015, sob responsabilidade da Secretaria de Portos/PR, foi suspensa devido a empresa COENCIL Construções e Empreendimentos Civis Ltda. ter impetrado liminar judicial. O Sr. Marcio Calves informou ao Colegiado que perguntou ao Presidente do Conselho de Administração, Guilherme Penin, sobre as providências adotadas pela SEP em razão da medida judicial imposta pela referida empresa, sendo que, o Presidente daquele Conselho respondeu que já havia sido interposto recurso na tentativa de cassar a liminar, enfatizando ainda, estar otimista com relação ao sucesso da referida medida; e) Informou que foi anulado o processo licitatório para a contratação de empresa para o gerenciamento de resíduos sólidos nas áreas públicas do Porto Organizado de Santos, onde a empresa vencedora foi a FOCCUS GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS LTDA. – EPP, através da Concorrência Pública nº 04/2013. 51503/12-41. Na sequência, o Presidente passou ao item **IV – OUTROS**

ASSUNTOS. O Conselheiro Everandy Cirino comunicou ao Colegiado que no dia de hoje foi realizado no SINDAPORT a 2ª Reunião dos Sindicatos Portuários de Santos, onde o SINDICAM irá participar das atividades e reivindicações dos portuários a partir de agora. Também informou que as Federações Nacionais dos Estivadores e Portuários deliberaram paralisação de 24 horas no dia 29-05-2015, enfatizando que a referida paralisação não foi aprovada por não contemplar os interesses dos trabalhadores de Santos. Prosseguindo, afirmou que ficou resolvido, que após os sindicatos apresentarem suas pautas específicas em assembleia a ser realizada no dia 25-05-2015, será decidida uma pauta de reivindicação geral para homologação em uma assembleia conjunta dos sindicatos entre os dias 26 e 28-05-2015, sendo que, esta pauta poderá ser apresentada para o SOPESP e CODESP para manifestação e manutenção dos calendários de possíveis paralisações. O Conselheiro comunicou ainda que devido os mandatos dos Conselheiros indicados pelo Bloco Laboral no Conselho Técnico do CENEP terem vencido, a nova indicação ocorrerá após reunião com o Sr. Osvaldo Freitas, Superintendente de Logística Integrada e CTP/CENEP, e Eliézer Giroux, relator do Grupo de Trabalho “Qualificação de Recursos Humanos”. Em seguida, o Conselheiro Rodnei Oliveira da Silva, questionou o fato de não haver discussão sobre Capital e Trabalho na pauta do Conselho e nem do Grupo de Qualificação de Recursos Humanos. O Presidente do CAP, informou ao Conselheiro Rodnei Oliveira, que a pauta deste Colegiado é aberta para todos os Conselheiros contribuírem incluindo assuntos pertinentes a este Conselho, onde serão apreciados pela Plenária no intuito de debater visando a solução mais adequada para os assuntos apresentados. A seguir, o Conselheiro José di Bella propôs à Plenária, que fosse agendada reunião com o Grupo Qualificação de Recursos Humanos, a fim de organizar os assuntos sugeridos pelo bloco dos trabalhadores. Colocada em votação a proposta foi aprovada por unanimidade, sendo que a Secretaria Executiva do CAP tomará as devidas providências para o agendamento da referida reunião. Na sequência, o representante do SOPESP informou que nenhuma negociação com os trabalhadores foi interrompida ou que há intenção de interromper, enfatizando que sempre houve diálogo com os mesmos. Também informou, que os Grupos Temáticos são abertos a todos os Conselheiros, e que estes podem propor assuntos para os Grupos de Trabalho discutirem e posteriormente pautarem nas reuniões do Conselho. Por fim, o Presidente do Colegiado, propôs que a partir da próxima reunião, a pauta do CAP, seja organizada diferentemente, pois já que os estudos temáticos estão abrangendo o debate de todos os assuntos pertinentes ao Conselho, sugere que a partir da

próxima reunião os grupos enviem antecipadamente à Secretaria Executiva do Colegiado, todos os assuntos que serão discutidos em Plenária. Não havendo outras manifestações, passou ao item **V – ENCERRAMENTO**, fixando a data da próxima reunião ordinária para o dia 23 de junho de 2015, às 14h00min, em Santos, determinando a lavratura da presente Ata.

Jean Paulo Castro e Silva
PRESIDENTE

Angelino Caputo e Oliveira
CONSELHEIRO

CC(T) Rômulo de Souza Santos Junior
CONSELHEIRO

José Eduardo Lopes
CONSELHEIRO

Cleiton Alves dos Santos João Simões
CONSELHEIRO

Martin Aron
CONSELHEIRO

Henry Robinson
CONSELHEIRO

José Eduardo Bechara
CONSELHEIRO

Antônio Carlos Duarte Sepúlveda
CONSELHEIRO

Rodnei Oliveira da Silva
CONSELHEIRO

Guilherme do Amaral Tavora
CONSELHEIRO

Marco Antônio Tadeu Deniz Sanchez
CONSELHEIRO

Jorge Leite dos Santos
SECRETARIO EXECUTIVO